

## A polêmica do Estruturalismo ou “Quem tem medo de teoria?”

Profa.Dra. Regina Lúcia de Faria<sup>1</sup> (UCAM)

### **Resumo:**

*Entre os anos de 1974 e 1976, aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, uma polêmica acerca do Estruturalismo que, envolvendo diversos intelectuais e extravasando os departamentos das Escolas de Letras, agitou o meio acadêmico carioca e ganhou espaço nos jornais diários, alternativos / semi-especializados. Na época, tal embate intelectual ficou conhecido como ‘polêmica da teoria’ ou ‘polêmica do estruturalismo’”. Focalizando sobretudo artigos publicados nos jornais e revistas que circulavam no Rio de Janeiro durante os anos 1974 e 1975, o presente trabalho, ao recuperar o debate acerca da teoria estruturalista, pretende observar e mapear os actantes que protagonizavam a cena literária da cidade na época, identificando aí as respectivas tomadas de posição intelectual frente ao objeto da discussão estudada: a abordagem do texto literário.*

**Palavras-chave:** Estruturalismo, polêmica, literatura, teoria.

A polêmica do estruturalismo, ocorrida na segunda metade da década de 70 do século XX, faz parte da memória do Rio de Janeiro, na medida em que lança uma luz no circuito intelectual da cidade e nas personagens que o compunham na época. Escritores, professores, alunos de Letras – PUC-Rio e UFRJ – são os interlocutores do debate. Para recolocar em cena tal debate, se mostrará em um primeiro momento o prestígio e a força do método estrutural na sociedade francesa, tendo como base o estudo realizado por François Dosse. Como se poderá ler a seguir, o estruturalismo não foi apenas importante no meio acadêmico carioca; foi igualmente um marco no pensamento filosófico francês, sobretudo entre os *sorbonnards* durante os anos 60 e início dos 70.

### I

François Dosse, na Introdução de seu livro *História do Estruturalismo: campo do signo* (v. I), afirma que “o êxito que o estruturalismo conheceu na França ao longo dos anos 50 e 60 não tem precedente na história da vida intelectual [daquele] país” (DOSSE, 2007, p.21). Conforme observa, a força do estruturalismo na sociedade francesa foi tamanha que um técnico da seleção de futebol, que “naquela época ainda não ganhara o título mundial” e “normalmente perdia as partidas internacionais”, “ao ser interrogado sobre a solução para resolver o impasse, respondeu dizendo que iria reorganizar sua equipe de maneira estruturalista” (DOSSE, 2007, p.11). Nutrindo a ambição de constituir um único e vasto programa de análise e podendo ser aplicado a todas as áreas das ciências humanas, o estruturalismo foi “um movimento de pensamento, uma nova forma de relação com o mundo, muito mais amplo do que um simples método específico para um determinado campo de pesquisa” (DOSSE, 2007, p.12). Nesse sentido, o estruturalismo marcou um momento supercrítico no pensamento francês, atingindo a lingüística, a antropologia, a sociologia, a filosofia, a história geral, a história da arte, a psicanálise e a crítica literária. De acordo ainda com Dosse, foi a palavra *estrutura* que, funcionando como senha e exercendo um papel unificador para boa parte das ciências humanas, ofereceu para as disciplinas uma “grade de leitura” que, pretendendo ser unitária, privilegiou “o signo à custa do sentido, o espaço à do tempo, o objeto à do sujeito, a relação à do conteúdo, a cultura à custa da natureza” (DOSSE, 2007, p.11-12).

Se o estruturalismo representou um período extremamente fecundo da investigação no campo das Ciências Humanas, chegando a ser considerado como “a *Koïnè*” de toda uma geração intelectual, não se pode esquecer que por trás do “rótulo estruturalista” havia diversos “estruturalismos”: um, identificado por Dosse como “estruturalismo científico”, seria “representado por Claude Lévi-Strauss, Algirdas-Julien Greimas ou Jacques Lacan envolvendo ao mesmo tempo, portanto, a antropologia, a semiótica e a psicanálise”; outro, qualificado como “estruturalismo semiológico”, “mais flexível, mais

ondulante e cambiante, com Roland Barthes, Gérard Genette, Tzvetan Todorov ou Michel Serres”; finalmente, ainda outro, chamado de “estruturalismo historicizado ou epistêmico”, com “Louis Althusser, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean-Pierre Vernant e mais amplamente, a terceira geração dos *Annales* (DOSSE, 2007, p.25-26).

Assim como não se pode definir o estruturalismo de forma monolítica, sua periodização também não é simples. Se o ano de 1966, por sua intensidade, é visto como “o momento-farol” do movimento, desde a década de 50, com a publicação de *As estruturas elementares do parentesco* (1952) e *Antropologia estrutural* (1958) de Lévi-Strauss, se assiste a uma clara progressão do método que se transformará nos anos 60 na principal ferramenta de análise das diversas disciplinas que constituem a área das Ciências Humanas. A partir de 1967, antes das manifestações que marcaram maio de 1968, Dosse aponta para “o início do refluxo, das críticas das tomadas de posição de distanciamento em relação ao fenômeno estruturalista incensado em prosa e verso por toda imprensa” francesa (DOSSE, 2007, p.26).

Do ponto de vista brasileiro, a publicação, em 1968 pela editora Vozes, de *O estruturalismo de Lévi-Strauss* – coletânea de textos selecionados por Luiz Costa Lima, quem também assina a advertência e a introdução – é um dos marcos da difusão dos princípios teóricos e metodológicos do estruturalismo no nosso ambiente acadêmico. José Jobson de Andrade Arruda, em sua apresentação à tradução brasileira do livro de François Dosse, anota a recepção tardia do estruturalismo entre nós decorrente do nosso inevitável descompasso “em relação à produção/difusão das idéias matrizes geradas nos centros intelectuais hegemônicos” (ARRUDA, p.v. In: Dosse, 2007). Sem o interesse de observar a defasagem ou não de nossa recepção, nesse trabalho pretendo apresentar um primeiro resultado da pesquisa que estou desenvolvendo sobre a polêmica do estruturalismo ocorrida nos meios acadêmicos brasileiros, sobretudo no eixo Rio – São Paulo, que, extrapolando os *campi* universitários, ganhou espaço nos jornais diários, alternativos / semi-especializados ou não<sup>1</sup>. Identificado pela crítica como a “polêmica do estruturalismo” ou “polêmica da teoria”<sup>2</sup>, tal debate, ocorrido entre 1974 e 1976, na imprensa, tornou-se mais acirrado no segundo semestre de 1975, quando uma série de artigos de diferentes intelectuais foram publicados na imprensa diária ou semanal. A pesquisa realizada faz parte de um projeto maior de estudo, cujo objetivo é examinar as trajetórias críticas e docentes de Luiz Costa Lima e Silviano Santiago, durante o período em que foram professores nos programas de mestrado e doutorado da PUC-RJ, sob a orientação de Eneida Maria de Souza, professora emérita da UFMG.

Como o rastreamento dos textos publicados nos periódicos ainda se encontra inacabado, o recorte feito para essa exposição tem como principal fonte o jornal *Opinião*, cuja leitura e seleção de artigos já foi concluída. Além disso, uso uma entrevista – “Escritores desmentem crise de criatividade” – e um artigo, seguido de entrevista – “Quanto custa formar uma elite científica” – ambos publicados na revista *Visão*, em 10 de novembro de 1975 e 7 de abril de 1975, respectivamente. Como a pesquisa no *Jornal do Brasil* e no *Globo* foi apenas iniciada, a referência ao artigo de Ledo Ivo publicado nesse jornal no dia 23/06/1975, “A morte da literatura brasileira”, será feita a partir da leitura do microfilme da Biblioteca Nacional (a cópia em papel ainda não está pronta); já as referências ao ensaio “O estruturalismo dos pobres” de José Guilherme Merquior e ao poema “Exorcismo”, de Carlos Drummond de Andrade, ambos publicados no *Jornal do Brasil* (o ensaio em 27/01/1974; o poema em 12/04/1975), partem da publicação em livros. Até fevereiro de 2009, minha meta é examinar ainda *Jornal das Letras*, a *Folha de São Paulo*, o *Estado de São Paulo*, as revistas *Almanaque – cadernos de literatura e ensaios* e *Argumento*. Só ao concluir a pesquisa sobre a polêmica que o texto que agora apresento chegará à sua redação final.

<sup>1</sup> Agradeço, sinceramente, a Josiane Nascimento e Mydiã Freitas, alunas do curso de Letras do Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes, a valiosa colaboração na pesquisa, nesse primeiro semestre de 2008 (de janeiro a julho). Sem a contribuição delas não me teria sido possível recuperar os textos aqui trabalhados; a recuperação desses artigos, ainda que incompleta, estaria muitíssimo mais atrasada.

<sup>2</sup> SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985, p.28-34. SOUZA, Eneida Maria de. Querelas da crítica. In: \_\_\_\_\_. *Traço crítico: ensaios*. 1993; \_\_\_\_\_. Os livros de cabeceira da crítica. In: \_\_\_\_\_. *Crítica cult.* (2002); MORICONI, Italo. A teoria na prática é outra. In: \_\_\_\_\_. *Ana Cristina César: o sangue de uma poeta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996, p.55-73.

II

Para iniciar essa exposição, tomo como ponto de partida uma matéria e uma mesa-redonda publicadas na revista *Visão*, em 1975: “Quanto custa formar uma elite científica (07/04/1975, p. 56-60) e “Escritores desmentem crise de criatividade” (10/11/1975, p. 106-112). O primeiro texto trata da mudança da política educacional que na ocasião deixava de ter como meta a erradicação do analfabetismo para concentrar seus esforços na implantação de um novo sistema de pós-graduação, “Plano Nacional de Pós-Graduação”, cujo objetivo era, além de corrigir “distorções administrativas e financeiras do setor”, promover “novas condições para a realização da pesquisa e a criação de uma tecnologia brasileira”, segundo palavras do então ministro da Educação Ney Braga. Essa política de incentivos do governo federal à especialização dos professores universitários através de cursos de pós-graduação, inicialmente realizados fora do país e principiada em 1965, ganhou força e acabou por transformar-se no Plano Nacional de Pós-Graduação [1975], formulado pela equipe comandada pelo secretário do Planejamento Reis Velloso, um dos autores do II PND (*Visão*, 1975, p.56-57). De acordo com os defensores do Plano, o objetivo último dessa política seria o aprimoramento “de todo o sistema educacional” (*Visão*, 1975, p.57). Dessa maneira, os técnicos comprometidos na elaboração do plano de pós-graduação estavam “convencidos de que uma política definida no setor revolucionaria o ensino universitário brasileiro, com reflexos no desenvolvimento” (*Visão*, 1975, p.56). Se desde a década de 60 já existia na USP cursos de mestrado e doutorado em Literatura Brasileira e Teoria da Literatura, no Rio de Janeiro, foi na década de 70 que se estabeleceram os programas de pós-graduação em Letras na PUC-RJ e na UFRJ. Conforme já notou Flora Süssekind em *Literatura e vida literária* (1985), livro em que faz um balanço da produção literária brasileira após o golpe militar de 1964, o salto qualitativo experimentado pela crítica coincide com a disseminação dos cursos de pós-graduação promovida pelo governo militar (SÜSSEKIND, 1985, p. 10-41).

Sob o título “Escritores desmentem crise de criatividade” (*Visão* de 10/11/1975), reproduziu-se a mesa-redonda composta por Antônio Houaiss, filólogo e crítico literário, Nélida Piñon, Rubem Fonseca, Autran Dourado, escritores, cuja mediação ficou por conta de Zuenir Ventura e Renato Bittencourt. Nesse encontro, discutiram-se não apenas a censura a que sociedade brasileira estava submetida, a disputa pelo mercado entre escritores nacionais e estrangeiros, a relação entre literatura e leitor, mas também se fez referência a um debate ocorrido em maio de 75, no Teatro Casa Grande, localizado no Leblon, Zona Sul do Rio de Janeiro, debate esse que teve a participação de Antonio Candido. Como registram, nessa noite, vieram à tona assuntos que estavam na ordem do dia: os rumos da literatura brasileira dominada “por uma atmosfera de vanguarda cujas características s[er]iam] a fragmentação, o rompimento da ordem linear e o abandono da metáfora e de tudo o que remete ao mundo” (*Visão*, 1975, p.111) e a ênfase da teoria em detrimento do incentivo à leitura do texto literário nas universidades, questão possivelmente levantada por alunos cariocas, parte da platéia do teatro, como afirmaria Antônio Carlos Brito em ensaio que futuramente será aqui comentado.

Antecedendo a essa mesa-redonda, podem ser acrescentados três outros textos, também publicados na imprensa carioca: “A morte da literatura brasileira”, de Lêdo Ivo (*O Globo*, 23/06/1975), “Exorcismo”, poema de Carlos Drummond de Andrade (*Jornal do Brasil*, 12/04/1975) e “O estruturalismo dos pobres”, de José Guilherme Merquior (*Jornal do Brasil*, 24/01/1974). Esses textos apresentariam em comum alguns traços, tais como um tom agressivo-irônico e uma posição radicalmente contra a qualquer tipo de teoria na abordagem da literatura. Leiamos a introdução do ensaio “O estruturalismo dos pobres”, de José Guilherme Merquior (*Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1974:

Se você quer estudar letras, prepare-se: que idéia faz você, já não digo da metalinguagem, mas, pelo menos, da gramática generativa do código poético? Qual a sua opinião sobre o rendimento, na tarefa de equacionar a literariedade do poemático, de microscopias montadas na fórmula poesia da gramática / gramática da poesia? Quantos actantes você é capaz de discernir na textualidade dos romances que provavelmente (tres-)leu? E que me diz do “plural do texto” de Barthes –

é possível assimilá-lo ao genotexto da famigerada Kristeva? Sente-se você em condições de detectar o trabalho do significante no *nouveau roman*, por exemplo, por meio de uma “decodificação” “semantológica” de bases glossemáticas? Ou prefere perseguir a “significância”, mercê de alguns cortes epistemológicos, no terreno da forclusão, tão limpidamente exposta no arquipédo de Lacan? (MERQUIOR, 1975, p. 7)

O tom jocoso e irônico do parágrafo de abertura, aos poucos cede para um tom agressivo, preconceituoso e elitista. Se Paris estaria assolada pelo pedantismo e pela esterilidade estruturalistas, avaliação bem diferente daquela recentemente realizada por François Dosse, conforme vimos na primeira parte desse trabalho, os efeitos do método estrutural no “ambiente tupiniquim” (como diria Merquior) seriam muito mais maléficos. Além de não dominarem o português, de escreverem mal, os seus defensores / divulgadores abusariam “de terminologia superfluamente hermética em lugar do real trabalho de análise” (Merquior: 1975,11). Segundo ainda Merquior, o sucesso da “onda” estruturalista dever-se-ia a uma falta de tradição crítica e de independência intelectual da universidade brasileira; exceção que caberia à USP. Daí a resistência da universidade paulista ao “delírio estruturalista”, “a mais amadurecida das nossas instituições universitárias”.

Postura não menos irônica, talvez não menos agressiva também, assumiria o poeta Carlos Drummond de Andrade no poema já aludido “Exorcismo”:

Das relações entre topos e macrotopos  
Do elemento suprasegmental  
*Libera nos, Domine*

Da semia  
Do sema, do semema, do semantema  
Do lexema  
Do clasema, do mema, do sentema  
*Libera nos, Domine*

(...)

Das aparições de Chomsky, de Mehler, de Perchonock  
De Saussure, Cassirer, Troubetzkoy, Althusser,  
De Zolkiewsky, Jakobson, Barthes, Derrida, Todorov  
De Greimas, Fodor, Chao, Lacan *et cetera*  
*Libera nos, Domine* (DRUMMOND, 1979, p.793)

Conforme já observou Eneida Maria de Souza, em “Querelas da crítica”, o poema, construído sob forma de ladainha, realça a ilegibilidade da linguagem da crítica literária que “pretendia atingir o estatuto de Ciência” (SOUZA, 1993, p.1-2). Drummond reagiria no poema a qualquer tentativa de formalização do discurso literário, assumindo uma posição semelhante à de Oswald de Andrade que, nos anos 40, chamou de “chato boys” os críticos recém-formados pela USP, Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes e outros, que, abandonando uma abordagem impressionista do texto, procuravam analisar as obras literárias com seriedade, lançando mão de critérios críticos objetivos (CANDIDO, 1977, p.63-67).

Para finalizar a leitura dos textos que compõem o quadro inicial aqui proposto, em “A morte da literatura brasileira”, Lêdo Ivo afirma que o perecimento da literatura seria proclamado por “adultos papa-defuntos que se expressar[iam] em estruturalês”. Esses “senhores inflamados”, “magos amargurados”, castrariam a vocação dos jovens poetas, ao depositarem “em seus ouvidos as últimas e desoladoras novidades do mundo”. Conforme suas palavras:

O terror que mata as letras está na comunicação pedagógica ou parapedagógica que considera a teoria mais importante do que a prática”. Digamos sem medo: o carrasco é o teórico ou exegeta que embalsama o texto vivo: o censor é o professor.(...)

As causas de uma possível rarefação intelectual devem ser buscadas ou no cansaço dos velhos e veteranos, ou nos controles de repressões pedagógicas e atemorizações teóricas que fazem silenciar os jovens antes mesmo que eles se disponham a falar e a cantar. (...)

Se há silêncio e perplexidade, desilusão temporã (...), cabe a culpa àqueles que, togados abutres do pessimismo, estão fazendo dos moços uma geração sem palavras, induzindo-os a acreditar na morte da literatura, a desconfiar dos poderes da língua e da linguagem e a crer na falácia da eficiência dominadora de outras linguagens complementares. (LÊDO IVO, *O Globo*, p.37)

Surpreende na leitura do artigo o fato de que, para o jornalista e poeta da geração de 45, a teoria da literatura ensinada nos cursos de Letras, “perigo” que rondaria os jovens, e, provavelmente, os professores, “togados abutres do pessimismo”, exerceriam uma ação repressora muito mais eficaz que os mecanismos de censura implementados pela ditadura militar. O autor vale-se de Rilke para desacreditar qualquer prática de formalização teórica – “Não leia[m] tratados de estética” –, já que em **sua teoria** “a ameaça terrível que pesa[ria] sobre os jovens poetas e romancistas não se situa[ria] fora do recinto das mesas-redondas, compêndios didáticos, conferências, salas de aula. Esta[ria] dentro” (LÊDO IVO, *O Globo*, p. 37). Aliás, o autor não entende a palavra com o sentido usual, assinalado no dicionário Houaiss, “de conhecimento de caráter estritamente especulativo, desinteressado e abstrato, voltado para a contemplação da realidade, em oposição à prática e a qualquer saber técnico ou aplicado”, mas a usa com o sentido de blefe – “de algum modo, teorizar já é blefar”.

A breve retrospectiva textual apresentada aqui permite vislumbrar o ataque que a crítica universitária identificada com a corrente estruturalista sofreu nos anos 70, momento em que, no Rio de Janeiro, uma primeira geração de jovens doutores começa a assumir os postos nas universidades como professores dos cursos de graduação e de mestrado e doutorado, a publicar seus primeiros trabalhos e a escrever nos jornais. Uma das vozes discordantes dessas acusações à crítica universitária foi a de Luiz Costa Lima que, através de dois ensaios publicados no jornal *Opinião*, ao defender a necessidade de uma reflexão teórica para a abordagem do texto literário, apontou para a fraqueza de nosso sistema intelectual, tema que desenvolverá num artigo posterior publicado em *Ensaios de Opinião*, v.7, 1978, depois reunido em *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria* (1981). O primeiro deles, “Quem tem medo de teoria?” (*Opinião*, nº 159, 22/11/1975), é bastante importante não só por, simultaneamente, sintetizar e responder a essas críticas ao estruturalismo e/ou ao ensino de literatura aqui expostas, mas também por ter suscitado uma série de ensaios-resposta, como os de Carlos Nelson Coutinho, Antônio Carlos de Brito [Cacaso] (*Opinião* nº 160) e a discussão de alunos da PUC e UFRJ sob a liderança de Ana Cristina César (*Opinião* nº162). Já no nº164, foram publicadas a tréplica de Costa Lima – “O bloco do eu sozinho” – e uma carta de um leitor/aluno na seção do hebdomadário denominada “Opinião dos leitores”. A partir de agora percorreremos os textos aludidos.

Sem nomear os acusadores da teoria, a base da argumentação do ensaio “Quem tem medo de teoria?” tem como pressuposto a articulação entre o caráter auditivo e dependente de nossa cultura. O caráter auditivo havia sido anteriormente trabalhado por Antonio Candido em “O escritor e o público” (1985). Tal traço seria responsável pela produção de um discurso que, embora fundado “em moldes escriturais”, arrebataria o receptor não por demonstrar claramente o desenvolvimento das premissas em que se sustenta, mas por “conter uma palavra empolgada, entusiasta e logo sentimental, que entrasse mais pelos ouvidos do que exigisse inteligência”. Conforme já observara Antonio Candido no ensaio mencionado, o reconhecimento social que o escritor brasileiro alcançou no século XIX, com o romantismo, se deu através de sua participação em campanhas cívicas, no papel de tribuno ou de jornalista. Tendo como público uma estreita faixa de leitores, o escritor oitocentista “preso ao jornal ou à tribuna, necessitava criar um estilo apropriado: leve ligeiro, ainda quando verboso e grandiloquente” (LIMA, *Opinião*, nº159, p. 24).

Quanto à dependência cultural, conforme demonstra, tradicionalmente, nossos intelectuais ou se restringiam a produzir “glosas ou resumos do já feito no exterior ou”, gesto que se multiplicaria na época e que continua valendo, “consideravam dever partir das ‘raízes’, da ‘experiência pessoal, numa exacerbação de chauvinismo idiota’” (LIMA, *Opinião*, nº159, p. 24). Costa Lima nota então que, apesar de a sociedade brasileira da década de 70 do século XX ser bastante mais complexa, tanto econômica como culturalmente, possibilitando o surgimento de “uma literatura mais diferenciada, indo desde a vertente mais avançada até a mais epigônica”, “seria ingênuo supor que as coisas [tivessem mudado]” de maneira drástica (LIMA, *Opinião*, nº159, p. 24), e isso poderia ser atestado de forma mais evidente no exercício da atividade teórica, que se mantinha mais próximo do cenário oitocentista do que a produção literária. Assim, embora no ensaio reconheça “as excelentes formulações propostas por Antonio Candido e Haroldo de Campos”, Costa Lima constata que “ainda não se verifica[ra] entre nós o desenvolvimento do pensamento crítico até à dimensão da teorização sobre a literatura, tomada como um discurso entre outros”. Daí o tom irritado, presente em “freqüentes artigos, comentários, entrevistas e poemas contra o que se chama a excessiva teorização a que a literatura estaria sujeita” (LIMA, *Opinião*, nº159, p.24). Deste ponto em diante, o autor do ensaio elenca as principais acusações contra a reflexão teórica dos estudos literários, e respondendo-as *teoricamente*, ilustra sua argumentação com exemplos que vão desde simples experiências cotidianas (“o conceito de fruta cítrica abole o sabor do limão?” – a acidez do exemplo inicial anunciaria o tom da resposta? –, seriam a química e a astronomia inutilidades?) a considerações a respeito do ciframento da linguagem na abordagem da literatura (a fácil e populista equiparação entre rigor e elitismo; desejo de acrescentar ao texto literário outras dimensões seria matar a emoção do leitor? seria violentar a obra poética?). Segundo assinala, a formalização da linguagem nos estudos literários não significaria o assassinio da emoção e da intuição, mas uma tentativa de conhecer, pensar, iluminar seu objeto; a teoria funcionaria como um antídoto contra a “aventura da personalidade”: “formalizamos para conhecer e não para sermos conhecidos” (LIMA, *Opinião*, nº159, p. 24). Nesse sentido, a investida contra a teoria, contra o estruturalismo seria, portanto, uma maneira manter “a poesia como propriedade de certos homens” (LIMA, *Opinião*, nº159, p.24), ou, conforme síntese de Flora Süssekind, “estaria ligada [...] ao medo de perder o próprio poder, de ver ameaçada uma ‘autoridade intelectual’ pouco acostumada a discussões”, em suma, seria um pretexto para se combater “o exercício menos autoritário da crítica” entre nós (SÜSSEKIND, 1985, p.34).

O texto de Costa Lima provocou reação não só imediata, mas uma reação irada. Carlos Nelson Coutinho, em “Há alguma teoria com medo da prática?” (*Opinião* nº 160, 28/11/1975), inicia sua resposta declarando que o professor da PUC ignorara o problema da censura em sua análise a respeito do lugar da teoria no ambiente acadêmico brasileiro e devido a isso iria tentar “contestar o *valor* de sua análise” (grifo meu). Seguindo a argumentação do crítico marxista, a universidade teria sido dominada por certa “corrente de teoria literária (e não apenas literária)” que se coadunava muito bem com o “espírito da época”, já que tal corrente, “por se basear num discutível conceito de ‘ciência’ e de ‘teoria’ que tem como meta a formalização radical e a completa negação dos elementos ideológicos contidos nas objetivações estéticas”, defenderia uma abordagem “neutra” e “asséptica” do texto, desprezando as “questões mais candentes e explosivas colocadas pelo fenômeno literário enquanto tal e por seu relacionamento com a vida social dos homens” (COUTINHO, *Opinião*, nº160, p.19). Em contrapartida, o combate a essa teoria seria realizado com base em outra que, por conceber o objeto literário como uma “realidade social (ainda que de tipo particular)”, não se limitaria “à manipulação da linguagem (à metalinguagem)” e, continuando, afirma:

A obra de arte é uma objetivação histórico-social, que – através de meios específicos – tem como meta expressar a autoconsciência da humanidade. Essa objetivação e essa expressão subordinam-se a leis e cumprem funções de natureza especificamente social. Por isso, a compreensão delas não pode reduzir-se à análise das leis de sua necessária base lingüística, já que essa lhes serve apenas como pressuposto material. (COUTINHO, *Opinião*, nº160, p.19)

Para o crítico, portanto, a reação ao estruturalismo no Brasil não se devia ao fato de se buscar rigor na abordagem do texto literário. Segundo ele, o problema estaria no fato de o estruturalismo, por

“reduzir-se à análise das leis de sua necessária base lingüística”, não contemplaria o social inerente à obra de arte, recalcando-o, estratégia, inclusive, recomendada pelo, sobretudo bem de acordo com, “espírito da época”. Por outro lado, contemplar o social significaria recompor o concreto através da análise textual, em outras palavras, seria “redescobr[ir] o objeto estético como síntese de múltiplas determinações, como uma totalidade orgânica de momentos diversos” (COUTINHO, *Opinião*, nº160, p.19). O combate ao estruturalismo seria, então, uma forma de defender a crítica engajada, identificada aí com certa tradição brasileira representada por “Mário de Andrade, Astrogildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, Antonio Candido, Roberto Schwarz”. Pelo elenco referido, pode-se dizer que Carlos Nelson Coutinho e José Guilherme Merquior compartilhavam, ao menos, uma opinião: a USP seria um modelo de crítica universitária a ser seguido. Ponto de vista também de Antônio Carlos Brito, conhecido por Cacaso, poeta e professor, naquela época, de Teoria da Literatura e Literatura Brasileira na PUC-RJ.

Depois de listar parte da bibliografia concernente à polêmica, Antônio Carlos Brito reduz a referência a dois que consideraria emblemáticos por sua radicalidade – o de Ledo Ivo e o de Luiz Costa Lima – (para ele, o ensaio “Quem tem medo de teoria” seria, principalmente, uma resposta ao “A morte da literatura brasileira”) e assim resume as posições dos autores em pauta:

De um lado está o Ledo Ivo, que só discute o aspecto pedagógico da questão, negando-se sequer a levar a sério as questões de ordem teórica; do outro está o Costa Lima, que se preocupa em discutir exclusivamente a importância isolada da teoria enquanto tal (na verdade a *sua* teoria), silenciando sobre suas componentes institucionais. Um defende o rigor científico em nome do progresso, o outro defende as imprevisíveis transgressões do espírito em nome da verdade: um é romântico anacrônico, o outro torce pelo positivismo: cada um, na sua unilateralidade, enche de motivos e de razão os argumentos e objeções do outro; ambos se pressupõem, já que nenhum deles tem demonstrado capacidade para incorporar e aprofundar a problemática alheia. (BRITO, *Opinião*, nº160, p.20) [grifo do autor]

A passagem destacada é curiosa. Primeiro por que Antônio Carlos Brito pretende dar a impressão de que está sendo imparcial em sua exposição: Ledo Ivo “só discute o aspecto pedagógico da questão, negando-se sequer a levar a sério as questões de ordem teórica”; “Costa Lima, que se preocupa em discutir exclusivamente a importância isolada da teoria enquanto tal (na verdade a *sua* teoria), silenciando sobre suas componentes institucionais”. Tal imparcialidade, entretanto, fica logo comprometida quando o poeta e professor diz que, “na verdade”, a preocupação de Costa Lima seria discutir exclusivamente a importância isolada de *sua* teoria, “silenciando sobre suas componentes institucionais”, isto é, a preocupação de Costa Lima não seria com a reflexão teórica da literatura, mas com a **sua** reflexão teórica da literatura (no plano teórico, Costa Lima seria mais uma manifestação do homem cordial? É isso que ele quer dizer?). Depois pelos pares que ele escolhe para caracterizar os dois autores tratados. Ledo Ivo: “defende as imprevisíveis transgressões do espírito em nome da verdade”; “é romântico anacrônico”. Costa Lima: “defende o rigor científico em nome do progresso”; “torce pelo positivismo”. Parece-me que a verdade romântica nunca pleiteou a condição universal; portanto, a articulação entre “imprevisíveis transgressões do espírito em nome da verdade” soa-me falaciosa. Por outro lado, a junção entre “rigor científico em nome do progresso” e “positivismo” para identificar o autor do ensaio “Da existência precária: o sistema intelectual do Brasil” apresenta-me como um contrasenso, pois desconsidera a crítica realizada ao cientificismo do século XIX assim como à noção de progresso, comprometida com a de positivismo, realizada não apenas pelos formalistas russos (cf. “Da evolução literária”, J. Tynianov), mas também por Antonio Candido, fontes deveras ruminadas por Luiz Costa Lima.

Outro ponto que merece destaque no artigo surge dois parágrafos depois da passagem transcrita acima: a relação entre teoria e política. Segundo ele, “a reflexão teórica fica acadêmica, sem interesse, se não vier combinada com a reflexão política” e essa ausência de politização da teoria estaria “organicamente vinculad(a) e identificad(a) com determinada rotina pedagógica e universitária” de que

a USP, desde os ensinamentos do professor Jean Maugué, escaparia (BRITO, *Opinião*, nº160, p. 20). Finalizando o ensaio, Antônio Carlos Brito abre espaço para os alunos opinarem sobre o assunto.

Propondo o deslocamento do “eixo do debate” – *teoria x não-teoria* –, a matéria assinada por Ana Cristina César que vem acompanhada de uma discussão realizada por alguns alunos e ex-alunos da UFRJ e PUC, “Os professores contra a parede” (*Opinião*, nº162, 12 /12/1975), promete “examinar os mecanismos de poder e de repressão que [estavam sendo] exercidos dentro da instituição e contra as quais se ouv[iria]m críticas muitas vezes desordenadas” (CÉSAR, *Opinião*, nº162, p.20). Segundo Ana Cristina, a manifestação caótica e emocional dessas críticas deveria ser encarada como “sintomas de distorções que se manifesta[ria]m na universidade” e “a colocação dualista (a teoria x não-teoria) mistifica[ria] a questão”, isto é, ignoraria o conteúdo político presente nela. Anunciando que os alunos deveriam “rejeitar os traços sadomasoquistas com o professor, com os teóricos ou com a instituição e começar a *botar a boca no mundo*” [grifo da autora], Ana Cristina dá a palavra aos alunos envolvidos na contenda.

Três questões associadas entre si são trazidas pelos estudantes: “o que seria uma pedagogia da abordagem literária” (Marilda Rosado, ex-aluna da PUC, *Opinião*, nº162, p.20); a crítica, já indicada nos outros artigos aqui lidos, ao excesso de teoria em detrimento da leitura de textos literários nos cursos de Letras (Regina Vitória Quelha de Sá, UFRJ, *Opinião*, nº162, p.21); o descompasso que o aluno / futuro professor enfrentaria na sua vida profissional entre a teoria que seria ensinada na universidade e a prática em sala de aula nos colégios de ensino médio (Ângela Maria Pinto da Silva, professora primária, trancou a matrícula depois de dois anos na PUC; Vitor Hugo Pereira, UFRJ, Marilda Rosado, *Opinião*, nº162, p.21).

Observadas em conjunto, as questões não trazem muita novidade. Conforme sintetiza Ângela Maria, a teoria da literatura ensinada na universidade para aqueles que estariam em contato com a educação “se torna[ria] uma aberração, um negócio sem sentido”. Ou, como diria Vitor, o teórico estaria se afastando da realidade, “se esquecendo de fazer o ponto de contato, de fazer uma ponte para o nível do ensino até o primário” (*Opinião*, nº162, p.21). Pergunto-me então se não seria na Faculdade de Educação onde se deveria buscar estabelecer a ponte entre teoria e ensino. Por outro lado, se “a teoria só faz sentido diante do objeto que reflete como meio de iluminá-lo” (LIMA, *Opinião*, nº164, p.23), acredito que caberia ao aluno recém-formado de graduação ou de pós-graduação pensar como trabalhar o texto em sua sala de aula, como adequar a seus alunos determinados assuntos. Denuncia-se a relação de poder exercida pelos professores universitários em sala de aula, mas parece que os alunos se negam a assumir uma posição ativa no aprendizado, reforçando assim aquela relação de poder que se queria contestar. Não se discute, por exemplo, a qualidade do ensino básico, médio e o nível desse aluno que chega à universidade. Talvez, Ronaldo Costa Fernandes (UFRJ), seja o único que se aproxime desse ponto nevrálgico:

O ensino da literatura pressupõe que o aluno que entra na faculdade de letras tenha uma leitura básica dos clássicos ou dos clássicos modernos. O nosso estudante de letras entra na faculdade e não lê os textos literários. Os textos críticos são mal lidos. A teoria seria frutífera na medida em que desse um aparato teórico para uma leitura fora da faculdade. Na minha opinião numa faculdade não se deve dar todas as coisas mas condições para que o aluno se vire esteticamente, criticamente, criativamente. (*Opinião*, nº162, p.21)

### III

Em resenha publicada no dia 1º de junho de 2008, no caderno *Mais! Folha de São Paulo*, Luiz Costa Lima afirma:

Internacionalmente, o auge da reflexão teórica dos estudos literários teve um curto apogeu: concentrou-se entre 1960 e 1980. Baste-me aqui a constatação. O mesmo faço com seu complemento: do ponto de vista brasileiro,



aquele apogeu teve uma repercussão mínima, sendo antes freqüente a incompreensão e hostilidade que causou. (LIMA, *Mais! Folha de São Paulo*, domingo, 1 de junho de 2008)

Embora não haja nenhuma menção explícita ao estruturalismo e à polêmica dos meados dos anos 70, li a passagem transcrita como referência melancólica ao passado. Transcorridos trinta anos seria o momento de se pensar qual o lugar da teoria da literatura no ensino de Letras no Brasil hoje em dia. Em vez de concluir, apresento algumas anotações que pretendo desenvolver. É verificável a multiplicação dos cursos de graduação e de pós-graduação pelo país. Porém, é também sabido que a qualidade do ensino do nível fundamental ao universitário continua bastante duvidosa e que a situação do professor e suas condições para pesquisa pouco se modificaram nesse período, como se pode ler em outro ensaio do autor também publicado no caderno *Mais!, Folha de São Paulo*<sup>3</sup>. Por outro lado, ainda em junho desse ano, o caderno *Prosa & Verso*, de *O Globo*, publicou cinco artigos em que se procurou fazer um balanço da atividade crítica no Brasil atual, apresentando como matéria de primeira página o artigo “De pedra a vidraça: escritores e intelectuais discutem o estado atual da crítica de literatura no Brasil”, de Miguel Conde (8 de junho de 2008). Pinçando no texto algumas expressões como “universidades autocentradas e irrelevantes”, “crítica propriamente dita substituída por firulas metalingüísticas, propaganda e opinionismo” (o que seria para o autor *crítica propriamente dita?*, quem a exerceria? e *firulas metalingüísticas?*), por um lado, pode-se constatar a continuidade de uma postura que parte do pressuposto de que teoria e literatura são como o trigo e o joio, uma não tem nada dizer a outra, por outro lê-se também que alguns autores contemporâneos prezam, respeitam e valorizam o diálogo entre universidade e produção literária. Ademais, ainda na imprensa, em ensaio recentemente publicado em um jornal de Minas, Eneida Maria de Souza, “Pós-teorias”, ao retomar a questão da crise da teoria no ambiente universitário, lembra a polêmica do estruturalismo enfatizando a sua importância para os estudos literários. Portanto, não sei se concordo com Luiz Costa Lima quando afirma no trecho transcrito acima que “o auge da reflexão teórica dos estudos literários” ocorreu “internacionalmente entre os anos 1960 e 1980” “teve uma repercussão mínima” “nos palcos da tropicalidade”. Inclusive, a hostilidade que provocou naquela época atesta, de certa maneira, a força de sua presença entre nós.

## **Bibliografia**

BRITO, Antônio Carlos de. Bota na conta do Galileu, se ele não pagar nem eu. Rio de Janeiro: *Opinião* nº 160, 28 de novembro de 1975.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985, p.73-88.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 2 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977, p.33-50 .

CÉSAR, Ana Cristina. Os professores contra a parede. Rio de Janeiro: *Opinião* nº 162, 12 de dezembro de 1975.

COUTINHO, Carlos Nelson. Há alguma teoria com medo da prática? Rio de Janeiro: *Opinião* nº 160, 28 de novembro de 1975.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. Tradução de Álvaro Cabral; revisão técnica de Maria Mansor D'Alessio. Bauru: Edusc, 2007. 2 v.

DRUMMOND, Carlos. Exorcismo. In: \_\_\_\_\_. *Poesia e prosa* (volume único). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979, p 793.

LIMA, Luiz Costa.. Quem tem medo de teoria. Rio de Janeiro: *Opinião* nº 159, 21 de novembro de 1975.

LIMA, Luiz Costa.. O bloco de eu sozinho. Rio de Janeiro: *Opinião* nº 164, 26 de dezembro de 1975.

<sup>3</sup> LIMA, Luiz Costa. A ficção acadêmica. *Mais! Folha de São Paulo*, 11 de setembro de 2005.

LIMA, Luiz Costa.. Quem tem medo de teoria. In: \_\_\_\_\_. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p.193-207.

LIMA, Luiz Costa. A ficção acadêmica. *Mais! Folha de São Paulo*, domingo, 11 de setembro de 2005.

LIMA, Luiz Costa. Discurso no limbo. *Mais! Folha de São Paulo*, domingo, 1º de junho de 2008.

SOUZA, Eneida Maria de. *Traço crítico: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1993.

SÜSSEKIND, Flora; *Literatura e vida literária: polêmica, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

VISÃO. Quanto custa formar uma elite científica. *Visão*, 7 de abril de 1975.

VISÃO. Escritores desmentem crise

---

<sup>1</sup> Profa. Dra. Regina Lúcia de FARIA. Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes – IH- UCAM.  
E-mail: [rl.faria@uol.com.br](mailto:rl.faria@uol.com.br)